

Curso de Gestão de Políticas Públicas de Saúde em Minas Gerais

ADLAS
CURSOS ONLINE

Este curso completo de **Gestão de Políticas Públicas de Saúde em Minas Gerais** foi desenvolvido para profissionais que buscam excelência no **planejamento estratégico do SUS-MG**. Em um cenário de constante evolução das diretrizes do Sistema Único de Saúde, compreender as **Redes de Atenção à Saúde (RAS)** e a governança regionalizada é fundamental para a eficiência administrativa. O conteúdo aborda profundamente o papel do **Especialista em Políticas e Gestão de Saúde (EPGS)**, capacitando o aluno para atuar na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no território mineiro. Com foco em resultados e sustentabilidade do sistema, o programa explora a regionalização da saúde, o financiamento público, a regulação assistencial e as particularidades do modelo de atenção em Minas Gerais. Se você busca se destacar na gestão pública estadual, este curso oferece o embasamento teórico e prático necessário para liderar transformações no setor de saúde, garantindo o direito constitucional ao acesso universal e equânime.

O QUE VOCÊ VAI APRENDER

- Fundamentos teóricos e normativos da Gestão de Saúde em Minas Gerais.
- Processos de Planejamento Estratégico e Regionalização no âmbito do SUS-MG.
- Estruturação e operacionalização das Redes de Atenção à Saúde (RAS).
- Atribuições técnicas e políticas do Especialista em Políticas e Gestão de Saúde (EPGS).
- Mecanismos de financiamento, repasses fundo a fundo e gestão orçamentária.

- Estratégias de Monitoramento e Avaliação de indicadores de saúde.
- Regulação em saúde e gestão da fila de espera no território estadual.
- Participação social e o papel do controle social na validação de políticas públicas.

PÚBLICO-ALVO:

- Especialistas em Políticas e Gestão de Saúde (EPGS) e outros servidores públicos da SES-MG.
 - Gestores municipais de saúde e secretários municipais que atuam em Minas Gerais.
 - Profissionais de nível superior interessados em concursos públicos na área de saúde estadual.
 - Acadêmicos e pesquisadores de Saúde Pública, Administração Pública e Direito Sanitário.
 - Consultores e assessores técnicos que atuam no planejamento de sistemas regionais de saúde.
-

MÓDULOS E AULAS

Módulo 1: Fundamentos da Gestão de Saúde em Minas Gerais

Aula 1.1: Evolução Histórica e Institucional do SUS em Minas Gerais

A trajetória da saúde pública em Minas Gerais é marcada por um processo contínuo de descentralização e busca pela autonomia administrativa das unidades regionais. Compreender a história do SUS-MG exige uma análise profunda da transição do modelo hospitalocêntrico para um

sistema focado na atenção primária e na regionalização. O estado de Minas Gerais, devido à sua vasta extensão territorial e diversidade demográfica, enfrentou desafios únicos para implementar as diretrizes da Constituição de 1988. A institucionalização da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG) consolidou o papel do ente estadual como coordenador estratégico, deixando de ser apenas um prestador de serviços para se tornar o formulador de políticas macroestruturais. Este percurso envolveu a criação de mecanismos de cooperação entre estado e municípios, visando reduzir as desigualdades regionais que historicamente marcaram o território mineiro. A análise documental das conferências estaduais de saúde revela como a participação popular moldou as prioridades orçamentárias e a expansão da rede física no estado ao longo das últimas décadas.

Aula 1.2: O Papel do Especialista em Políticas e Gestão de Saúde (EPGS)

O cargo de Especialista em Políticas e Gestão de Saúde representa o braço técnico-inteligente da administração pública mineira na área da saúde. Este profissional atua na interseção entre a decisão política e a execução técnica, sendo responsável por conferir racionalidade e legalidade aos processos de gestão. O EPGS possui a missão de elaborar diagnósticos situacionais que subsidiem a tomada de decisão governamental, utilizando ferramentas de análise de dados e evidências científicas. Suas competências abrangem desde a elaboração de projetos de lei e normas técnicas até o monitoramento de convênios e contratos de gestão. No contexto mineiro, a atuação deste especialista é essencial para garantir a continuidade das políticas de estado, mitigando os riscos de interrupções causadas por mudanças nas gestões políticas. A ética no serviço público, a busca pela eficiência e a capacidade de mediação entre

diferentes atores do sistema de saúde são os pilares que sustentam a prática profissional do EPGS na SES-MG.

Aula 1.3: Marco Regulatório e Legislação do SUS-MG

A gestão da saúde em Minas Gerais está ancorada em um robusto arcabouço jurídico que orienta a administração pública estadual. Para além das normas nacionais, como a Lei 8.080 de 1990 e a Lei 8.142 de 1990, o estado possui legislações específicas e resoluções da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) que detalham a operação do sistema. O entendimento da Constituição Estadual de Minas Gerais é o ponto de partida para compreender as competências do estado na assistência à saúde. É imperativo que o gestor domine os decretos que regulamentam a organização administrativa da SES-MG e as normas que regem o financiamento e a transparência pública. A aplicação prática destas normas ocorre no cotidiano do planejamento, onde cada ação deve estar estritamente vinculada ao princípio da legalidade. O conhecimento profundo sobre o Código de Saúde de Minas Gerais permite que o gestor atue com segurança jurídica, prevenindo sanções de órgãos de controle e garantindo que as políticas públicas alcancem os cidadãos de forma ordenada e justa.

Aula 1.4: Ética e Governança na Administração Pública de Saúde

A governança pública na saúde mineira envolve a estruturação de processos decisórios que sejam transparentes, responsáveis e orientados para o interesse coletivo. A ética na gestão de saúde não se limita à integridade pessoal do gestor, mas estende-se à criação de mecanismos institucionais que combatam o desperdício de recursos e a corrupção. Em Minas Gerais, a implementação de planos de integridade e o fortalecimento das controladorias internas têm sido ferramentas

fundamentais para elevar o padrão da administração pública. A governança eficaz pressupõe a existência de canais de diálogo com a sociedade e a prestação de contas rigorosa sobre o uso do Fundo Estadual de Saúde. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde desempenha um papel central na manutenção desses padrões, atuando como um garantidor de que os critérios técnicos prevaleçam sobre interesses particulares. A construção de uma cultura organizacional baseada no mérito e na eficiência contribui diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde da população, fortalecendo a confiança do cidadão nas instituições estaduais.

Módulo 2: Planejamento Estratégico no SUS-MG

Aula 2.1: Ciclo de Planejamento: PPA, LDO e LOA na Saúde

O planejamento estratégico na saúde estadual de Minas Gerais é rigorosamente vinculado ao ciclo orçamentário definido pelas peças de planejamento governamental. O Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes e metas de médio prazo, definindo os rumos das políticas de saúde para um período de quatro anos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atua como a ponte anual entre o PPA e o orçamento executivo, definindo as prioridades e as regras para a alocação de recursos. Por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA) detalha a estimativa de receita e a fixação da despesa para o exercício financeiro, sendo o instrumento de execução por excelência. Para o Especialista em Políticas e Gestão de Saúde, o domínio desses instrumentos é crucial para assegurar que as metas assistenciais possuam lastro financeiro real. A falha na integração entre o planejamento técnico e o orçamentário resulta na baixa execução de programas e na frustração de metas de atendimento, comprometendo a saúde da população mineira.

Aula 2.2: Elaboração e Monitoramento do Plano Estadual de Saúde (PES)

O Plano Estadual de Saúde é o documento norteador da gestão sanitária em Minas Gerais, consolidando as intenções do governo para o setor de saúde. Sua elaboração exige um diagnóstico detalhado da situação epidemiológica e demográfica das 28 Regionais de Saúde do estado. O PES deve refletir as necessidades da população e as deliberações das Conferências Estaduais de Saúde, servindo como um compromisso público de resultados. O monitoramento contínuo das metas estabelecidas no PES é realizado através de indicadores de desempenho que permitem ajustes de rota ao longo da gestão. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua diretamente na coleta, análise e reporte desses dados, garantindo que o plano não seja apenas um documento formal, mas uma ferramenta viva de transformação social. A transparência na divulgação dos resultados do PES é uma exigência legal e um dever ético, permitindo que a sociedade acompanhe o progresso das políticas públicas.

Aula 2.3: Metodologias de Planejamento Estratégico Situacional (PES)

Diferente do planejamento tradicional, o Planejamento Estratégico Situacional, idealizado por Carlos Matus, é amplamente utilizado na gestão do SUS-MG por considerar a incerteza e o conflito como elementos intrínsecos à administração pública. Esta metodologia foca na identificação de problemas críticos e na análise de viabilidade política para a implementação de soluções. O gestor de saúde deve entender que o planejamento não ocorre em um vácuo, mas em um cenário de disputa por recursos e prioridades entre diversos atores. O uso de momentos explicativos, normativos, estratégicos e tático-operacionais permite uma abordagem mais dinâmica e adaptável às crises, como pandemias ou

crises financeiras. O EPGS, ao dominar o PES, torna-se capaz de antecipar obstáculos e desenhar estratégias que mobilizem os recursos necessários para alcançar os objetivos institucionais, otimizando a governança do sistema estadual de saúde.

Aula 2.4: Sistemas de Informação como Suporte ao Planejamento

A eficácia do planejamento estratégico em Minas Gerais depende da qualidade dos dados gerados pelos sistemas de informação em saúde. Ferramentas como o DATASUS, o SISAUDE e os sistemas específicos da SES-MG fornecem a base numérica para a análise de morbimortalidade, cobertura vacinal e produtividade ambulatorial e hospitalar. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde deve possuir competência técnica para minerar esses dados e transformá-los em informações estratégicas para a tomada de decisão. A integração de diferentes bases de dados permite uma visão sistêmica da saúde no estado, facilitando a identificação de vazios assistenciais e a alocação eficiente de investimentos. O investimento em inteligência de dados é uma tendência crescente no SUS-MG, visando a personalização das políticas públicas de acordo com a realidade regional. A fidedignidade da informação é a maior aliada do gestor público na defesa de orçamentos e na demonstração do impacto social das intervenções realizadas.

Módulo 3: Regionalização e Governança Federativa

Aula 3.1: O Processo de Regionalização em Minas Gerais

A regionalização é a estratégia fundamental para organizar o SUS em um estado com 853 municípios como Minas Gerais. Este processo visa agrupar municípios limítrofes com características socioeconômicas e epidemiológicas semelhantes para facilitar a oferta de serviços especializados. A regionalização em Minas está estruturada em

macrorregiões e microrregiões de saúde, cada uma com seu próprio desenho assistencial e governança. O objetivo principal é garantir que o cidadão tenha acesso a todos os níveis de complexidade sem a necessidade de grandes deslocamentos, respeitando o princípio da descentralização. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua no desenho dessas regiões, analisando fluxos de pacientes e a capacidade instalada de hospitais e clínicas. A regionalização bem-sucedida reduz a fragmentação do sistema e promove a eficiência na utilização dos recursos públicos, evitando a duplicidade de esforços e o desperdício de verbas estaduais e federais.

Aula 3.2: Comissões Intergestores: CIB e CIR

A governança federativa do SUS em Minas Gerais opera através das Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e das Comissões Intergestores Regionais (CIR). Estes espaços são fóruns de pactuação onde o estado e os municípios decidem conjuntamente sobre a organização dos serviços de saúde. Na CIB, as discussões ocorrem em nível estadual, envolvendo a SES-MG e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-MG). Já a CIR é o espaço de pactuação regional, onde os gestores locais definem as prioridades da sua microrregião. O papel do EPGS nestas comissões é fornecer suporte técnico para as pactuações, elaborando notas técnicas e pareceres que fundamentam as decisões políticas. A pactuação é o instrumento que formaliza as responsabilidades de cada ente, garantindo que os acordos de cooperação sejam cumpridos e que o sistema funcione de forma integrada e harmônica.

Aula 3.3: Planos Diretores de Regionalização (PDR) e de Investimento (PDI)

O Plano Diretor de Regionalização (PDR) e o Plano Diretor de Investimento (PDI) são os instrumentos técnicos que materializam a estratégia de regionalização em Minas Gerais. O PDR define o desenho das redes e os fluxos de referência e contrarreferência, estabelecendo onde os serviços de alta complexidade estarão localizados. O PDI, por sua vez, planeja as necessidades de infraestrutura física e tecnológica para dar suporte ao PDR, orientando a aplicação de recursos em construções, reformas e aquisição de equipamentos. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde tem a responsabilidade de manter esses planos atualizados frente às mudanças demográficas e tecnológicas. A consistência entre o PDR e o PDI é vital para evitar a construção de "elefantes brancos" — unidades de saúde sem profissionais ou sem demanda real. O planejamento integrado desses instrumentos assegura que o investimento público resulte em acesso efetivo para a população mineira.

Aula 3.4: Desafios da Gestão Compartilhada no Território Mineiro

Gerir a saúde em um ambiente federativo complexo impõe desafios significativos de coordenação e cooperação. Em Minas Gerais, a disparidade entre municípios de pequeno porte e grandes polos regionais exige uma mediação constante por parte do estado. A gestão compartilhada pressupõe que as decisões sejam tomadas por consenso, o que nem sempre é fácil em um cenário de recursos limitados e pressões políticas locais. Conflitos de interesses entre entes federados podem gerar atrasos na implementação de políticas regionais. O EPGS atua como um facilitador desse diálogo, buscando soluções técnicas que atendam às necessidades coletivas em detrimento de demandas isoladas. A superação dos desafios da gestão compartilhada passa pelo fortalecimento dos laços de confiança entre os gestores e pela valorização

da cooperação em rede, entendendo que nenhum município é autossuficiente na garantia plena do direito à saúde.

Módulo 4: Redes de Atenção à Saúde (RAS)

Aula 4.1: Conceitos e Diretrizes das Redes de Atenção

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) representam o modelo organizacional que busca superar a fragmentação do cuidado no SUS-MG. Diferente do sistema piramidal tradicional, a RAS propõe uma organização horizontalizada, onde os diferentes pontos de atenção se comunicam de forma contínua para oferecer um cuidado integral ao paciente. As redes são estruturadas a partir da Atenção Primária à Saúde (APS) como centro de comunicação e ordenadora da rede. Para o Especialista em Políticas e Gestão de Saúde, compreender os fundamentos das RAS é essencial para projetar sistemas que garantam a continuidade do tratamento em todos os níveis de complexidade. As diretrizes nacionais estabelecem que as redes devem possuir governança única, fluxos regulados e foco nas necessidades epidemiológicas da população. Em Minas Gerais, a implementação das RAS foca em reduzir gargalos na assistência e em proporcionar uma jornada do paciente mais ágil e resolutiva.

Aula 4.2: Rede Cegonha e Rede de Urgência e Emergência em MG

Duas das redes mais maduras e estratégicas em Minas Gerais são a Rede Cegonha e a Rede de Urgência e Emergência (RUE). A Rede Cegonha foca na garantia do pré-natal qualificado, no parto seguro e no desenvolvimento infantil, visando a redução da mortalidade materna e neonatal no estado. Já a RUE organiza o atendimento às situações críticas, integrando o SAMU, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e as portas hospitalares de urgência. O Especialista em Políticas e Gestão

de Saúde desempenha um papel crítico na monitoração dessas redes, avaliando tempos de resposta e desfechos clínicos. A integração dessas redes exige uma logística complexa, especialmente em regiões remotas de Minas Gerais. O sucesso dessas políticas depende da pactuação clara de fluxos e do financiamento adequado para a manutenção das equipes e infraestrutura, sendo prioridades constantes na agenda da SES-MG.

Aula 4.3: Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Crônicos

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Minas Gerais tem uma história de vanguarda, fundamentada nos princípios da reforma psiquiátrica. O foco é a substituição do modelo asilar por serviços de base comunitária, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Paralelamente, a rede de atenção às condições crônicas organiza o cuidado de pacientes com doenças como diabetes, hipertensão e câncer, que exigem acompanhamento de longo prazo. O gerenciamento dessas redes requer uma visão multidisciplinar e a integração entre a atenção básica e os centros de especialidades. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua na formulação de protocolos de cuidado e na expansão da cobertura desses serviços. A gestão da cronicidade é um dos maiores desafios financeiros para o SUS-MG devido ao envelhecimento populacional, exigindo modelos de atenção mais eficientes e preventivos para evitar complicações graves e hospitalizações desnecessárias.

Aula 4.4: Integração de Serviços e o Papel da Atenção Primária

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o alicerce de qualquer rede de atenção eficiente no território mineiro. Ela deve funcionar como a porta de entrada preferencial e como o filtro que resolve a maioria dos problemas de saúde da comunidade. A integração entre a APS e os serviços especializados é o grande desafio logístico da gestão estadual. O uso de

tecnologias como o telessaúde e os sistemas de regulação compartilhada ajuda a aproximar o médico de família do especialista. O EPGS trabalha para fortalecer a resolutividade da APS, garantindo que os municípios recebam o suporte técnico e financeiro necessário para manter equipes de saúde da família qualificadas. Quando a APS funciona bem, as Redes de Atenção se tornam menos sobrecarregadas e os recursos podem ser direcionados para onde são realmente necessários. A coordenação do cuidado pela APS é a chave para a sustentabilidade do SUS em Minas Gerais.

Módulo 5: Financiamento e Orçamento em Saúde

Aula 5.1: Fontes de Recurso e o Pacto pela Saúde

O financiamento do SUS em Minas Gerais é composto por uma engenharia complexa que envolve recursos das três esferas de governo. A Constituição Federal estabelece os percentuais mínimos de investimento para estados e municípios, mas a gestão desses recursos exige conhecimento técnico apurado sobre as transferências federais e estaduais. O repasse fundo a fundo é a modalidade principal, onde o dinheiro sai do Fundo Nacional ou Estadual para o Fundo Municipal de Saúde. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde deve dominar as regras do Bloco de Financiamento da Saúde, que organiza os recursos em custeio e investimento. O Pacto pela Saúde introduziu uma lógica de compromisso por resultados, condicionando o recebimento de certas verbas ao cumprimento de metas. Compreender a origem e a destinação de cada centavo é fundamental para a prestação de contas e para a viabilização de novos projetos de saúde no estado.

Aula 5.2: Gestão do Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais

O Fundo Estadual de Saúde (FES) é a unidade orçamentária e financeira que centraliza os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde sob a responsabilidade do estado. A gestão do FES em Minas Gerais é pautada por normas de direito financeiro e fiscal, exigindo um controle rigoroso sobre os empenhos, liquidações e pagamentos. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua na elaboração de termos de repasse e na análise de convênios com entidades filantrópicas e municípios. A eficiência na execução financeira do FES impacta diretamente a pontualidade do pagamento aos prestadores de serviço e a disponibilidade de insumos e medicamentos na rede estadual. O monitoramento do fluxo de caixa e a previsão de receitas são tarefas essenciais para evitar déficits orçamentários que possam comprometer a assistência à população mineira.

Aula 5.3: Mecanismos de Transferência e Convênios Estaduais

Além das transferências regulares, o estado de Minas Gerais utiliza convênios e termos de fomento para financiar ações específicas realizadas por municípios e organizações do terceiro setor. Esses instrumentos possuem regras rígidas de celebração, execução e prestação de contas, definidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e legislações estaduais. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde é responsável por avaliar a viabilidade técnica dos planos de trabalho apresentados e por fiscalizar a correta aplicação dos recursos. A gestão de convênios exige uma atenção redobrada para evitar irregularidades que gerem processos de tomada de contas especial. O equilíbrio entre o rigor fiscal e a agilidade necessária para o atendimento em saúde é um dos grandes desafios enfrentados pelos gestores mineiros na operacionalização de parcerias e repasses voluntários.

Aula 5.4: Auditoria e Controle Externo na Saúde Pública

A transparência no uso dos recursos da saúde em Minas Gerais é garantida pela atuação dos órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria Geral do Estado (CGE) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG). A auditoria do SUS tem o papel de verificar não apenas a legalidade dos gastos, mas também a eficiência e a eficácia das ações realizadas. O EPGS atua na recepção dessas auditorias e na implementação de recomendações para corrigir falhas administrativas. O controle externo assegura que o investimento público em saúde esteja gerando o retorno social esperado, combatendo fraudes e má gestão. A cultura de conformidade e o fortalecimento do controle social através dos conselhos de saúde são pilares que protegem o orçamento público mineiro. O gestor preparado deve enxergar a auditoria como uma oportunidade de melhoria contínua dos processos e de proteção da própria imagem institucional frente à sociedade.

Módulo 6: Regulação em Saúde e Gestão da Assistência

Aula 6.1: Sistemas de Regulação (SISREG e MG-SUS)

A regulação em saúde é o instrumento de gestão que busca ordenar o acesso aos serviços, garantindo que o paciente certo receba o atendimento certo, no tempo certo. Em Minas Gerais, a utilização de sistemas informatizados como o SISREG e ferramentas próprias do estado permite a gestão das filas para consultas, exames e cirurgias eletivas. A regulação do acesso é baseada em critérios de prioridade clínica, e não apenas na ordem de chegada, o que exige um corpo técnico de médicos reguladores e gestores qualificados. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde trabalha na definição desses protocolos de priorização e na integração dos sistemas municipais com o estadual. Uma regulação eficiente reduz o tempo de espera e otimiza o uso da

capacidade hospitalar disponível nas diferentes macrorregiões de saúde de Minas Gerais.

Aula 6.2: Gestão de Filas e Protocolos de Acesso

A gestão de filas é um dos temas mais sensíveis da administração pública de saúde mineira. Para lidar com a demanda reprimida, o estado implementa protocolos de acesso que padronizam a entrada no sistema, evitando que encaminhamentos desnecessários sobrecarreguem a rede de especialistas. O desenvolvimento de diretrizes clínicas claras ajuda os médicos da Atenção Primária a decidir quais casos devem ser encaminhados e quais podem ser resolvidos localmente. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde monitora os indicadores de tempo de espera e propõe estratégias como mutirões de cirurgias ou contratualização de serviços privados para desafogar os pontos críticos. A transparência na fila de espera é uma tendência crescente, permitindo ao cidadão acompanhar sua posição e garantindo maior equidade no acesso aos procedimentos eletivos.

Aula 6.3: Regulação do Acesso Hospitalar e de Urgência

A regulação hospitalar foca na gestão dos leitos, especialmente os de terapia intensiva (UTI), que são recursos escassos e de alto custo. Em Minas Gerais, as Centrais de Regulação de Urgência operam 24 horas por dia para garantir a transferência de pacientes críticos entre unidades de menor complexidade e hospitais de referência. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde participa da estruturação dessas centrais e na definição de grades de referência, que determinam quais hospitais atendem determinadas especialidades. O desafio é lidar com a lotação das portas de urgência e garantir que o fluxo de saída dos pacientes (altas e transferências) seja dinâmico. A integração entre o SAMU e a regulação

de leitos é vital para salvar vidas, exigindo uma comunicação impecável entre as equipes de campo e os gestores hospitalares.

Aula 6.4: Monitoramento da Produção e Faturamento SUS

A sustentabilidade financeira das unidades de saúde depende de uma gestão eficiente do faturamento das ações realizadas, através da emissão de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) e Autorizações de Procedimentos Ambulatoriais (APAC). O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde analisa os relatórios de produção para verificar se os serviços contratualizados estão sendo entregues de acordo com as metas estabelecidas. O controle de qualidade da informação faturada é essencial para evitar glosas (recusas de pagamento) pelo Ministério da Saúde ou pela própria SES-MG. Além disso, o monitoramento da produção permite identificar gargalos na assistência: se uma região produz menos do que o planejado, pode haver falta de profissionais ou falha no acesso. A análise técnica do faturamento é, portanto, uma ferramenta poderosa de auditoria clínica e gerencial dentro do sistema mineiro.

Módulo 7: Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

Aula 7.1: Políticas de Recursos Humanos para o SUS-MG

A gestão do trabalho em saúde em Minas Gerais envolve o desafio de atrair e fixar profissionais qualificados em regiões de difícil acesso. As políticas de RH do estado buscam equilibrar a necessidade de reposição de quadros através de concursos públicos com o desenvolvimento de planos de carreira que valorizem o servidor. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua na análise do dimensionamento de pessoal, verificando se as equipes estão adequadas à demanda assistencial das unidades. Questões como jornada de trabalho, produtividade e saúde do trabalhador são temas centrais na pauta da gestão. A precarização do

vínculo trabalhista é um risco que deve ser monitorado, priorizando sempre a estabilidade e a formação contínua do corpo técnico para garantir a qualidade do serviço prestado à população.

Aula 7.2: Educação Permanente em Saúde (EPS)

A Educação Permanente em Saúde é a estratégia de aprendizagem no trabalho, onde as práticas cotidianas são analisadas e transformadas a partir do saber técnico e da realidade local. Em Minas Gerais, o estado promove polos de educação permanente que reúnem gestores, trabalhadores e instituições de ensino para discutir as necessidades de capacitação. O EPGS desempenha um papel fundamental na organização desses processos formativos, garantindo que as capacitações estejam alinhadas com as prioridades do Plano Estadual de Saúde. Diferente da educação continuada tradicional, a EPS foca na resolução de problemas e na integração da equipe. Investir na qualificação dos profissionais que atuam na ponta do sistema é o caminho mais eficaz para melhorar a resolutividade do atendimento e implementar com sucesso as novas diretrizes das redes de atenção.

Aula 7.3: Gestão de Conflitos e Liderança em Equipes Multidisciplinares

O ambiente de saúde é naturalmente propenso a conflitos devido à alta carga emocional, pressão por resultados e diversidade de categorias profissionais envolvidas. O gestor de saúde mineiro deve possuir habilidades de liderança e mediação para manter a harmonia e a eficiência das equipes multidisciplinares. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde muitas vezes assume posições de coordenação onde precisa alinhar objetivos de médicos, enfermeiros, administrativos e técnicos. A construção de uma comunicação não-violenta e o estabelecimento de

metas claras ajudam a reduzir atritos. A liderança no setor público também exige a capacidade de motivar servidores frente às limitações de recursos, focando no propósito social do trabalho e no impacto direto na vida dos cidadãos mineiros.

Aula 7.4: Dimensionamento e Valorização do Profissional de Saúde

O dimensionamento correto das equipes é essencial para evitar o esgotamento profissional (burnout) e garantir a segurança do paciente. Em Minas Gerais, o cálculo de necessidades de pessoal deve considerar as especificidades regionais e o perfil de atendimento de cada unidade. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde utiliza indicadores de carga horária e volume de atendimentos para propor a expansão ou readequação de quadros. A valorização profissional vai além da remuneração, envolvendo condições dignas de trabalho, acesso a equipamentos e reconhecimento institucional. Políticas de incentivo para atuação em zonas rurais e periferias urbanas são estratégias essenciais para a equidade na distribuição da força de trabalho no estado. O reconhecimento do servidor como o maior ativo do SUS-MG é o ponto de partida para qualquer reforma administrativa bem-sucedida.

Módulo 8: Vigilância em Saúde e Emergências Sanitárias

Aula 8.1: Organização da Vigilância em Saúde no Estado

A Vigilância em Saúde em Minas Gerais integra as ações de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. Este setor é responsável por detectar precocemente ameaças à saúde pública e coordenar as respostas institucionais. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua na estruturação dos fluxos de notificação compulsória de doenças e na análise de cenários de risco. A descentralização das ações de vigilância para os municípios exige um

suporte técnico constante do nível estadual para garantir a padronização dos procedimentos de inspeção e controle. A integração desses dados permite ao estado emitir alertas e planejar campanhas de prevenção, como as de vacinação e combate a vetores. A vigilância é a "inteligência sanitária" que protege a população mineira de surtos e epidemias.

Aula 8.2: Gestão de Crises e Contingenciamento (Dengue, COVID-19)

Minas Gerais enfrenta desafios cíclicos com arboviroses como a dengue e crises agudas como foi a pandemia de COVID-19. A gestão de crises exige a elaboração de planos de contingência que prevejam o aumento súbito da demanda por leitos e insumos. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde desempenha um papel central nos Centros de Operações de Emergência (COE), auxiliando na logística de distribuição de vacinas e no monitoramento de curvas epidemiológicas. A agilidade na tomada de decisão e a capacidade de mobilização de recursos extras são decisivas para minimizar o número de óbitos durante uma crise. A experiência acumulada nessas emergências tem servido para fortalecer a resiliência do sistema estadual, aprimorando os protocolos de resposta e a comunicação de risco com a sociedade.

Aula 8.3: Vigilância Sanitária e Fiscalização em Minas Gerais

A Vigilância Sanitária (VISA) mineira possui a missão de eliminar ou prevenir riscos à saúde decorrentes de produtos e serviços. Sua atuação abrange desde a fiscalização de indústrias farmacêuticas e alimentícias até o controle de serviços de saúde e locais públicos. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde que atua na VISA deve dominar as normas de regulação e possuir um olhar crítico sobre os processos produtivos. A modernização da fiscalização, com foco na análise de risco e não apenas no cumprimento burocrático de normas, é uma prioridade atual no estado.

O equilíbrio entre o apoio ao desenvolvimento econômico e a proteção intransigente da saúde pública é o grande desafio dessa área. A transparência nos processos de licenciamento e a educação dos agentes econômicos são ferramentas complementares à ação fiscalizatória.

Aula 8.4: Inteligência Epidemiológica e Tomada de Decisão

A inteligência epidemiológica consiste na capacidade de transformar dados brutos de nascimentos, óbitos e doenças em conhecimento estratégico para a gestão. Em Minas Gerais, o uso de modelos matemáticos e geoprocessamento permite visualizar a propagação de enfermidades no território e antecipar necessidades de intervenção. O EPGS utiliza essas informações para orientar a alocação de recursos em áreas de maior vulnerabilidade. A tomada de decisão baseada em evidências reduz o amadorismo na gestão pública e aumenta a probabilidade de sucesso das intervenções. O monitoramento de indicadores de saúde infantil e doenças crônicas fornece um "termômetro" da qualidade de vida no estado. A capacidade de comunicar esses dados complexos de forma clara para os gestores políticos é uma competência essencial do especialista técnico na saúde mineira.

Módulo 9: Monitoramento, Avaliação e Qualidade

Aula 9.1: Indicadores de Desempenho e Metas de Saúde

O monitoramento da saúde pública em Minas Gerais é balizado por um conjunto de indicadores que medem desde a cobertura vacinal até a taxa de mortalidade por causas evitáveis. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde deve saber selecionar os indicadores mais adequados para avaliar cada programa, definindo metas que sejam ao mesmo tempo ambiciosas e alcançáveis. O acompanhamento sistemático desses números permite identificar se as políticas estão produzindo os efeitos

desejados ou se precisam de ajustes. O uso de painéis de indicadores (dashboards) facilita a visualização em tempo real da situação de saúde no estado, permitindo uma gestão tática mais ágil. A cultura da medição é fundamental para a responsabilização (accountability) dos gestores perante os órgãos de controle e o público em geral.

Aula 9.2: Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas

Avaliar uma política pública de saúde vai além de conferir se o orçamento foi gasto; trata-se de analisar se o problema que originou a política foi resolvido. O EPGS utiliza metodologias quantitativas e qualitativas para realizar avaliações de impacto e de processo. Em Minas Gerais, programas como o Valora Minas são submetidos a avaliações rigorosas para verificar a eficiência dos repasses financeiros aos hospitais. A avaliação de satisfação do usuário também ganha relevância como indicador de qualidade percebida. O ciclo de avaliação fecha o processo de planejamento: os resultados encontrados alimentam o novo diagnóstico, gerando um processo de melhoria contínua da gestão estadual. Aprender com os erros e sucessos das políticas passadas é a única forma de evoluir a administração pública mineira.

Aula 9.3: Gestão da Qualidade e Segurança do Paciente

A busca pela qualidade no SUS-MG foca na segurança do paciente e na humanização do atendimento. Protocolos de segurança, como a prevenção de quedas e erros de medicação, são implementados nas unidades sob gestão estadual para reduzir eventos adversos. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua no fomento a núcleos de segurança do paciente e na acreditação hospitalar. A qualidade não é um luxo, mas uma necessidade para garantir a eficácia do tratamento e o uso racional dos recursos (evitando reinternações e processos judiciais).

O foco no cuidado centrado na pessoa exige uma mudança cultural nas instituições de saúde, valorizando o respeito à dignidade do paciente e a excelência técnica do atendimento prestado em todas as regiões de Minas Gerais.

Aula 9.4: Transparência e Controle Social no SUS-MG

A participação da comunidade é uma diretriz constitucional do SUS e um pilar de qualidade da gestão em Minas Gerais. O Conselho Estadual de Saúde (CES-MG) e os conselhos municipais são os espaços onde a sociedade exerce o controle social, aprovando planos e fiscalizando contas. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde deve atuar de forma colaborativa com esses órgãos, fornecendo informações claras e acessíveis para que os conselheiros possam exercer seu papel. A transparência ativa, através de portais de dados e audiências públicas, fortalece a legitimidade das decisões governamentais. O controle social atua como um sistema de "freios e contrapesos", garantindo que as políticas de saúde reflitam os anseios da população mineira e combatendo o isolamento burocrático da gestão técnica.

Módulo 10: Perspectivas Futuras e Desafios Tecnológicos

Aula 10.1: Transformação Digital e Saúde Digital em Minas

A saúde digital em Minas Gerais caminha para a integração total de dados através do Prontuário Eletrônico Único e da telemedicina. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde lidera a transição tecnológica, garantindo que as ferramentas digitais sirvam para ampliar o acesso e não para criar novas barreiras. A digitalização permite o acompanhamento remoto de pacientes em regiões isoladas e a desburocratização de processos administrativos. O desafio reside na infraestrutura de conectividade em um estado com grandes vazios tecnológicos e na proteção de dados sensíveis

conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A tecnologia deve ser vista como um meio para aproximar o cidadão do serviço de saúde, otimizando o tempo do profissional e os recursos do estado.

Aula 10.2: O Futuro do Especialista em Políticas e Gestão de Saúde

O perfil do EPGS está em constante evolução para acompanhar as mudanças na administração pública. Espera-se que este profissional seja cada vez mais um analista de dados, um gestor de projetos e um articulador político. A capacidade de lidar com ferramentas de inteligência artificial e análise preditiva será um diferencial nas próximas décadas. Além disso, a sensibilidade para questões sociais e ambientais deverá estar integrada ao planejamento da saúde. O futuro do cargo em Minas Gerais depende da sua capacidade de demonstrar valor para o sistema, entregando soluções inovadoras para problemas antigos como as filas de cirurgias e o financiamento escasso. A valorização da carreira técnica é o que garante que o SUS-MG permaneça forte independente das alternâncias de poder.

Aula 10.3: Modelos de Gestão: OSS, OSCIP e Consórcios

A gestão dos serviços de saúde em Minas Gerais explora diversos modelos de parceria com o setor privado sem fins lucrativos e cooperação intermunicipal. O uso de Organizações Sociais (OSS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) busca agilidade na contratação de pessoal e compras, mas exige uma fiscalização rigorosa do estado. Os consórcios intermunicipais de saúde são uma solução eficiente para municípios pequenos compartilharem custos de serviços especializados. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde atua na modelagem desses contratos e no acompanhamento das metas de desempenho. O debate sobre a publicização da gestão é central para o

futuro do SUS-MG, exigindo um equilíbrio entre a eficiência operacional do parceiro privado e o controle público estatal sobre a política de saúde.

Aula 10.4: Sustentabilidade e Equidade no SUS-MG 2030

O horizonte do SUS em Minas Gerais para a próxima década aponta para o desafio da sustentabilidade frente ao envelhecimento populacional e às novas tecnologias de alto custo. A equidade deve ser o norte das decisões, garantindo que as populações vulneráveis — como comunidades quilombolas, indígenas e moradores de áreas rurais remotas — tenham acesso real à saúde. O Especialista em Políticas e Gestão de Saúde deve planejar sistemas que sejam resilientes a mudanças climáticas e novas ameaças biológicas. A busca pela eficiência máxima no uso do dinheiro público não é apenas uma meta financeira, mas um imperativo ético para que nenhum mineiro fique sem atendimento. O compromisso com o SUS público, universal e de qualidade é a missão final de todo gestor que atua em prol da saúde no estado de Minas Gerais.

Módulo Extra

Fontes de referência sugeridas para estudos complementares

- Constituição Federal de 1988 (Artigos 196 a 200).
- Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990 e Lei 8.142/1990).
- Decreto Federal 7.508/2011 (Regulamentação do SUS).
- Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais (PES - Vigente).
- Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite de Minas Gerais (CIB-SUS/MG).

-
- Relatórios anuais de gestão da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG).
 - Manuais técnicos de Redes de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.
 - Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual 13.317/1999).
 - Publicações da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG).
 - Normas e Manuais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais sobre gestão de saúde.